

# Estudo Técnico Preliminar 45/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.030027/2023-87

## 2. Descrição da necessidade

A pretendida contratação visa o Registro de Preços para serviço de locação de aeronaves e equipamentos aeronáuticos na Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, com a finalidade de ampliar a capacidade operacional da unidade em atendimento as suas atribuições, **por meio do fornecimento de aeronaves de asas rotativas, equipamentos, combustível e logística associada - inclusive manutenção e abastecimento, a serem operadas pela Polícia federal sob a regulamentação aeronáutica brasileira, em especial o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 (RBAC 90)**, dentro de especificações técnicas e configuração específicas.

A Polícia Federal tem, como competências constitucionais, prevenir e reprimir os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social ou em detrimento de bens; apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como aquelas cuja prática tenha repercussão interestadual e exijam repressão uniforme; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; proceder à investigação de qualquer outra natureza, quando determinada pelo Ministro da Justiça, entre outras; o que torna a Polícia Federal essencial ao desempenho das funções estatais, com o espectro de atuação de amplitude nacional.

Para apoiar o cumprimento das citadas atribuições, a Polícia Federal faz uso de seu segmento de aviação, o Coordenação de Aviação Operacional (CAOP/CGAP/DIREX/PF), unidade com origem em 1996 sob a nomenclatura DAOP, atualmente conta em sua frota própria de aeronaves de asas rotativas (helicópteros) com 03 (três) aeronaves monomotoras, modelo Esquilo AS350 B2, 02 (duas) aeronaves bimotoras, modelo Esquilo AS355N e 01 (uma) aeronave bimotora modelo Agusta Westland AW-139. Cada uma das aeronaves atende a tipos de missão de acordo com seu desempenho operacional.

O presente documento tem como objetivo atender a demanda atual, bem como projetar um crescimento sustentável das operações aéreas da Polícia Federal de modo que esta unidade aérea possa estabelecer a demanda de aeronaves, pessoal e logística tendo como base as demandas apresentadas pelas Diretorias da Polícia Federal.

Dividir-se-á o presente documento em tópicos organizados conforme o tipo de demanda apresentada, a saber: Operações de Repressão a Crimes Ambientais e Povos Originários; Operações de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes, demandas estas que se caracterizam pelo emprego de meios aéreos em ambientes rurais, Operações de Repressão a Crimes Fazendários e Transfronteiriços, que podem ocorrer tanto em ambientes rurais quanto urbanos, e Operações de Repressão a Facções, sobretudo em áreas urbanas em que haja domínio territorial por grupos armados. Ainda, como existem demandas que não estão sendo atendidas pela própria indisponibilidade das aeronaves, tais como imageamento (inteligência, vigilância e reconhecimento), fundamental em trabalhos de Polícia Judiciária, apoios a Cumprimentos de Mandados de Busca e Apreensão e de Prisão de alto risco em ambiente urbano e rural, bem como missões não planejadas e fora das hipóteses aqui expostas. É necessário, ainda, estimar um aumento das demandas, pois muitas unidades deixam de solicitar o apoio aéreo necessário pela alta indisponibilidade dos meios de asa rotativa da PF, principalmente pela idade avançada dos helicópteros em operação, utilizando, inclusive, o apoio de outras forças, muitas vezes com custos elevadíssimos, especialmente quando se faz necessário o emprego de meios da Força Armadas.

Pelo histórico de emprego de aeronaves em operações policiais verificou-se que, no ano de 2022, foram realizadas 11 (onze) operações de repressão a crimes ambientais na região norte, onde o emprego de aeronaves de asa rotativa é fator crítico de sucesso. Desse modo, considerando que cada uma dessas operações envolvendo o emprego de aeronave de asa rotativa, exige em torno de 8 a 10 dias de dedicação, contando-se o traslado da aeronave até a área de operação, verifica-se que, somente estas operações exigiram em torno de 110 dias de disponibilidade de aeronave de asa rotativa. Ao se verificar o tipo de aeronave mais adequado para tal cenário percebe-se a extrema importância e necessidade de uma maior disponibilidade de aeronaves da categoria transporte, uma vez que para atender as demandas de transporte de passageiros verifica-se que as aeronaves do tipo Esquilo, porte pequeno, possuem limitações que dificultam em muito o seu emprego, especialmente quando atuando isoladas. Nesse ponto, utilizando-se como paradigma a operação em ambiente Amazônico, percebe-se, também que há necessidade de emprego de uma aeronave de cada tipo nas mencionadas operações. Dessa forma, para fins de dimensionamento de frota, utilizar-se-á como dado de planejamento o emprego de 2 (duas) aeronaves de cada tipo em cada operação, o que acarreta a necessidade

total de 220 (duzentos e vinte) dias de disponibilidade de aeronaves de asas rotativas (cada categoria) para as operações de repressão a crimes ambientais planejadas pela PF.

O emprego conjunto de aeronaves de transporte e aeronaves leves apresenta-se como o mais adequado ao tipo de operações desenvolvidas pela Polícia Federal, pois combina a maior capacidade de transporte permitida por helicópteros desse porte, com a flexibilidade e a capacidade de intervenção das aeronaves menores, mais leves, garantindo maior segurança à operação como um todo. Ademais, o emprego conjunto de aeronaves de transporte e leves possibilita, ainda, aumentar a capacidade de atuação das aeronaves leves, pois estas podem ter seu combustível transportado por helicópteros de maior porte, incrementando consideravelmente sua capacidade de alcance e autonomia.

Em relação à repressão ao tráfico de entorpecentes, a demanda apresentada refere-se à realização de operações de erradicação ao plantio de drogas. Tomando-se como parâmetro o ano de 2021, ano em que foi realizado o número considerado ideal de operações desta natureza, sabe-se que há demanda anual para a realização de 17 (dezessete) operações, sendo que cada operação é executada em um período de 10 a 12 dias, levando-se em consideração o traslado da aeronave até a área de operações, o que resulta em um total de 204 (duzentos e quatro) dias de disponibilidade de aeronaves. Neste caso em particular, também se considera ideal a configuração do emprego de uma aeronave de asas rotativas de transporte em conjunto com uma aeronave de asa rotativa de categoria leve, de modo a maximizar tanto a capacidade de transporte dos trabalhadores até as plantações identificadas, com o uso das aeronaves de transporte, bem como a identificação das áreas a serem erradicadas e a segurança aproximada das equipes de erradicação com a utilização de aeronaves da categoria leve. Importante salientar que estas operações, exigem elevados esforços de manutenção, o que implica, ainda, em altos custos e uma baixa disponibilidade devido aos períodos de inspeção. Desse modo, tendo em vista as demandas apresentadas pela CGPRE/DICOR, verifica-se que há necessidade de 204 (duzentos e quatro dias) de disponibilidade de aeronaves de asa rotativa de transporte, bem como de 204 (duzentos e quatro dias) de disponibilidade de aeronaves de asa rotativa de categoria leve.

Em relação aos delitos fazendários e transfronteiriços assim como as operações de repressão ao domínio territorial exercido por facções criminosas, devido à dificuldade de quantificação exata da demanda, decidiu-se por incluir uma majoração de 30% (trinta por cento) de dias disponíveis, para ambos os tipos de aeronaves, já que para estas missões se apresenta como ideal o emprego das células compostas por duas aeronaves, uma de cada categoria, e também para permitir um crescimento esperado da demanda bem como o atendimento de missões não previstas no presente documento por ausência de disponibilidade da atual frota.

Com relação às operações de apoio a cumprimentos de mandados de busca e apreensão em áreas urbanas, bem como aos mandados de prisão de alto risco, considera-se que são demandas de difícil avaliação, pois dada a conhecida incapacidade de atendimento deste tipo de apoio por parte do CAOP, na maioria das vezes, os pedidos sequer são realizados pelas unidades. Contudo, tendo-se como parâmetro os 3 (três) primeiros meses de 2022, na qual apenas duas demandas foram encaminhadas ao CAOP, estima-se, para fins de planejamento a realização anual de 8 (oito) operação de 5 dias, perfazendo um total de 40 (quarenta) dias de disponibilidade. Também neste cenário, propõe-se o emprego de uma unidade composta por uma aeronave de transporte e uma aeronave leve, de modo que se permita o deslocamento rápido e ágil de um efetivo de ao menos uma equipe tática e contando-se com o apoio aéreo necessário, propiciado por uma aeronave da categoria leve, o que aumenta consideravelmente a segurança dos policiais e de terceiros bem como o sucesso da missão.

A elevada taxa de indisponibilidade da frota de asas rotativas tem como uma de suas principais causas, além claro, da idade da frota que corrobora este dado, a impossibilidade de respeito à diagonal de manutenção prevista para aeronaves desta categoria. Considera-se como boa prática, na aviação, que uma frota deve operar, de forma simultânea, 60% (sessenta por cento) das suas aeronaves de cada modelo, mantendo assim 40% (quarenta por cento) em manutenção. Tal dado é decorrente do elevado nível de segurança exigido na atividade aérea, que requer a realização frequente de inspeção/revisão das aeronaves, bem como da necessidade constante de substituição de peças que apresentem desgaste ou tenham seu período de vida útil encerrado, conforme orientação do fabricante. Dessa feita, para manter a sua operacionalidade, e atender as demandas aqui analisadas, sem se considerar um aumento futuro de demandas e missões inopinadas, deve-se acrescer ao número de dias acima analisado para cada categoria de aeronave o valor de 40% (quarenta) por cento.

Sendo assim, para atender a demanda atual de aeronaves de asas rotativas da categoria leve e de transporte, obrigatoriamente seria necessário uma ampliação da capacidade operacional da unidade o que implica necessariamente no aumento da frota de aeronaves da CAOP. A fim de estabelecer o tamanho adequado da frota para o atendimento das missões relacionadas às aeronaves de asas rotativas, esta unidade aérea utilizou como base estatísticas de demandas de aeronaves para repressão a crimes ambientais e de repressão a drogas, bem como demandas recebidas ordinariamente por esta coordenação e demandas de ações de segurança ao cumprimento de mandados de prisão. Comprovam a crescente demanda de helicópteros a quantidade de horas voadas nos dois últimos anos, sendo considerado os mais voados por helicópteros em toda história da unidade, isso desconsiderando as diversas demandas que não foram atendidas por falta de aeronaves, fato que também contribuiu para aceleração do desgaste das máquinas.

Hoje a PF conta em sua frota com 01 (uma) aeronave de transporte AW 139, adquirida em 2013. Em relação à frota de aeronaves leves, a PF conta com 3 (três) esquitos AS 350 B2 e 2 (dois) esquitos AS 355, bimotores. Estas duas últimas aeronaves, fabricadas há mais de 20 (vinte) anos, atualmente possuem grandes dificuldades de apresentar números adequados de

disponibilidade, tendo em vista a sua descontinuidade pela fabricante e muito em breve também pelo fabricantes dos seus motores, o que eleva consideravelmente o tempo necessário para obtenção de peças no mercado aeronáutico, causando grande impacto na capacidade operacional desta unidade. Mesmo os modelos AS 350 (monomotores), que possuem uma maior facilidade de suprimento, devido a sua idade, têm exigido bastante esforço dos responsáveis pela manutenção e com elevados custos, ocasionando alguns períodos de indisponibilidade acima do normal.

Além do quadro apresentado de iminente indisponibilidade quase total das aeronaves de asas rotativas, existe um crescente aumento das demandas da Polícia Federal para apoio de helicópteros, principalmente apoios relacionados a combate a crimes ambientais e apoio a grandes operações, em todo território nacional. Além disso há planejamento para implementação de pelo menos **01 (uma) base operacional no norte** do país, com previsão de emprego de aeronaves de asa fixa e rotativa, além de **01 (uma) base operacional em região de fronteira** a fim de atender uma área de operações composta pela faixa de fronteira dos estados do PR, MS e MT.

### Da Locação de Helicópteros

Considerando as aeronaves de asas rotativas pertencentes ao CAOP, as aeronaves locadas complementarão a frota com características similares, mas com a vantagem de serem mais novas e modernas, permitindo se usufruir da mesma capacidade, em termos de estrutura e pessoal, que já faz parte do CAOP, ou seja, a tripulação poderá ser a mesma, já treinada e preparada para operar aeronaves similares às já pertencentes a esta Coordenação, ou seja, em uma situação eventual de indisponibilidade de um determinado equipamento, por razões de manutenção ou envolvimento noutra operação, ainda assim haverá a capacidade de atendimento das demandas solicitadas a unidade.

É importante ressaltar que os atuais **Bell 412 Classic que estão na frota da PF estão indisponíveis desde 2011 e encontram-se em processo de baixa** e que **com a locação das novas aeronaves também serão objeto de baixa os helicópteros esquilo bi-turbina AS 355**, por se tratarem de aeronaves já descontinuadas pela fabricante e que hoje apresentam baixíssima disponibilidade.

Os estudos para tomada de decisão sobre ter uma frota oficial e uma frota locada de aeronaves, antes inexistentes na aviação de pública, vêm se tornando cada vez mais comuns e apontando para uma tendência de locação, onde o fator **disponibilidade das máquinas para a operação** torna-se primordial.

No modelo atual de gestão de aeronaves próprias, para viabilizar seu efetivo emprego nas demandas policiais são necessários pelo menos 3 contratos (manutenção, peças e combustível) sendo que, na hipótese de qualquer um dos contratos, por qualquer motivo, ser descontinuado ou sujeito a algum problema, a disponibilidade para operação fica comprometida. Inclusive, o próprio serviço de manutenção ordinária pode indisponibilizar o helicóptero por vários dias dependendo de seu nível de complexidade e /ou disponibilidade de peças no Brasil. Em alguns casos o serviço de manutenção chega a indisponibilizar a aeronave por meses, como é o caso da inspeção de 12 anos por exemplo, ou por falta de alguma peça para aquisição no mercado nacional, ou por necessidade de um *overhaul* de um dos módulos de motor o qual deve ser enviada a peça para o exterior. Em termos de disponibilidade, os contratos de locação geralmente estabelecem prazos máximos de 10 dias de indisponibilidade para serviços de manutenção, os quais ultrapassados, obrigam a contratada a disponibilizar outra aeronave similar para substituir, além de haver um prazo máximo de 30 dias para reposição de aeronave em caso de acidente com perda total, nas mesmas condições e especificações contratadas.

A mencionada situação de indisponibilidade em razão de manutenção (*overhaul*) de motor é uma realidade presente na unidade, tanto é que temos 3 aeronaves indisponíveis por este motivo: o Esquilo AS 350 B2 PR-LEE encontra-se sem motor; AS355N PR-HFD, aguardando aquisição de motor, o AS 350 B2 PT-HZH aguarda troca do modulo 2 de motor; o AS355N PR-HFC aguarda o *overhaul* do modulo 2 do motor. Os 2 (dois) Bell 412 estão indisponíveis desde 2011.

Não obstante o fator disponibilidade, a garantia de atualização de frota de aeronaves locadas e de seus equipamentos também refletem-se em maior eficiência na prestação dos serviços pois a aeronave própria do estado, com o passar do tempo, sofre depreciação além de exigir atualização de determinados equipamentos e sistemas, demandando novos processos administrativos, dotação orçamentária e tempo para sua aquisição.

Outro fator que têm pesado nas decisões de vários órgãos é uma vantagem, poucas vezes mensurada, que é a economia administrativa a qual acontece ao substituir-se os 3 (três) contratos por apenas um, especialmente considerando-se a escassez cada vez maior de servidores capacitados para a gestão destes contratos, que possuem um elevado grau de complexidade.

Além disso, importante registrar que o prazo de aquisição de uma aeronave, levando-se em conta o procedimento de contratação e sua entrega definitiva, seria de aproximadamente 2 anos, enquanto a locação seria uma contratação com prazos de disponibilização de menor extensão.

Importante salientar que, além disso, a prestação dos serviços de locação não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE, como ocorreria se a unidade possuísse um setor específico de manutenção com mecânicos formados.

Neste sentido, órgãos públicos que não podem ter interrupção em suas atividades aéreas, como IBAMA e ICMBIO, há anos já trabalham com a locação de aeronaves para atuação em suas missões. Várias instituições de segurança pública também tem adotado este modelo de gestão em suas frotas de aeronaves de segurança pública. A mais recente contratação foi realizada pelo Centro Tático Aéreo - SSP/MA, no valor da hora de voo de R\$ 13.957,00 para a aeronave AS350B2, nele incluídos seguro, combustível, manutenção, treinamento de emergência e 01 mecânico por aeronave.

Cabe destacar que o custo de hora de voo contratada em aeronaves de locação, na maioria dos contratos, contempla o seguinte:

- Helicópteros com ano de fabricação mais recente;
- Todo custo de manutenção (mão de obra, peças, equipamentos, deslocamentos de mão de obra, ferramentas, etc) está por conta da contratada;
- Tripulação (caso seja convencionado no contrato);
- Combustível por conta da contratada (caso seja convencionado no contrato);
- CTA - Caminhão Tanque Abastecedor disponível (caso seja convencionado no contrato);
- Caso o tempo de manutenção, programadas ou não, sejam superiores a 20 (vinte) dias com indisponibilidade da aeronave a contratada tem que substituir por outra do mesmo modelo, ou similar ou superior, nesta ordem de preferência;
- Em caso de acidente aeronáutico com perda definitiva a contratada deve substituir por outro do mesmo modelo, similar ou superior;
- As aeronaves devem ser entregues com cobertura do Seguro de Responsabilidade Civil – RETA, em conformidade com a legislação vigente, bem como o 2º Risco, em valor considerável, por incidente, acidente, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo em limite único combinado - LUC;
- As aeronaves devem ser entregues com a configuração operacional a critério do contratante;

#### **Da Audiência Pública**

Com o intuito de prospectar no mercado nacional e internacional eventuais soluções de fornecimento de aeronaves de asas rotativas, através do serviço de locação, bem como as condições e especificações dessas aeronaves, manutenção, abastecimento e, inclusive, dirimir dúvidas acerca de tripulações necessárias à operação foi realizada no dia 18/12/2023 Audiência Pública.

Conforme Ata de Reunião 32988961 foi possível extrair algumas considerações:

As duas empresas participantes enalteceram alguns limitadores ao fornecimento de aeronaves. Prospectaram uma maior facilidade de ofertar aeronaves de porte leve. Argumentaram no sentido de melhor ofertar aeronaves leves que a unidade já tenha experiência em operar, ou seja, mesmo modelo de aeronave já tripulada pela Polícia Federal, facilitando na imediatidade do início das operações até um maior amadurecimento na capacidade de operar outros modelos. Frisaram a possibilidade de ofertar uma aeronave multimissão ou de transporte, porém o prazo para ofertar uma aeronave multimissão ou de transporte seria de até 01 (um) ano.

Em relação à dificuldade de encontrar aeronave cabe o esclarecimento que conforme destacado na audiência pública as empresas buscam no mercado, após a certeza da contratação, aeronaves com as especificações desejadas e quanto mais acessórios ou adaptações na descrição maior o tempo e possibilidade de não encontrar o objeto no mercado.

Devido à possibilidade real de não encontrar a aeronave no prazo estabelecido, as empresas participantes alegaram a possibilidade de não participar do certame em algumas aeronaves (médio e grande porte) por correr o risco de ser penalizada com o não cumprimento do prazo para entrega do bem no contrato, principalmente pelo sistema de registro de preços que não define data de uma contratação e a oscilação do mercado é constante.

Alegaram ainda que a definição de preço oscila muito, hoje o preço pode ser X e daqui um ano, com a mudança de cenário aeronáutico, poderá ser 2X impossibilitando uma previsibilidade dessa oscilação, que está vinculada a pandemias, mercado financeiro, variação nas grandes economias, guerras ...., o que afeta diretamente a disponibilidade do item para locação.

Assim sendo, diante da premente necessidade de ampliação da capacidade operacional, e após realização de Audiência Pública para prospecto e disponibilidade de mercado, ciente das limitações de mercado, o presente processo trata da alternativa de locação de aeronaves de asas rotativas de transporte categoria média e/ou aeronaves multimissão, bem como aeronaves de porte leve, visando o incremento de estrutura voltada ao fortalecimento da capacidade de realização de operações aéreas da Polícia Federal.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CAOP/CGAP/DIREX/PF	Guilherme Lopes Maddarena

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Em relação aos requisitos de sustentabilidade, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS, esta unidade técnica esclarece que a Polícia Federal não possui, até o momento, PDLS publicado e que a orientação dada pela Divisão de Compras é de seguir os parâmetros estabelecidos no Caderno de Logística do PDLS publicado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme encontra-se no seguinte sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf>.

Os itens objetos desta contratação não se encontram dentro do rol de itens padronizados do Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal, conforme verificado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>.

A empresa contratada deverá ter capacidade técnico operacional de entregar aeronaves equipadas conforme o descritivo e prontas para serem empregadas nas missões sem óbices pelos órgãos regulamentares da Aviação Civil Pública Brasileira.

O modelo de aeronave de transporte e/ou de porte leve a serem disponibilizadas por locação deverão possuir oficina homologada pela ANAC, para manutenção das aeronaves e todos os seus equipamentos, componentes e demais acessórios, no Brasil.

Demais itens, componentes e configurações serão melhor descritas no item 6 deste documento e no Termo de Referência.

### 5. Levantamento de Mercado

Trata-se de processo licitatório para prestação de serviço continuado de locação de aeronaves de asas rotativas de transporte e aeronaves de porte leve de intervenção/IVR,

Na audiência pública foram levantados limitações e dados de especificação das aeronaves e configuração específica detalhada no item 6 deste Estudo, condizentes com as necessidades dessa unidade.

Os valores foram calculados com base na quantidade de horas necessárias estimadas por mês (45 horas mensais) para cada helicóptero e então demonstrados como custo total anual.

O pagamento será realizado mensalmente conforme as horas de voo utilizadas, assegurada a utilização mínima de 45 horas por mês, podendo ser intercambiáveis entre as aeronaves de mesma categoria e cumulativas, ou seja, utilizando menos que o mínimo, o remanescente de horas será acrescentado para o mês seguinte e assim sucessivamente até o término do contrato anual. Do mesmo modo utilizando mais que 45 horas será realizado o pagamento mensal das 45 horas/mês, desde que o limite de 540 horas (12 meses x 45h) seja respeitado dentro do contrato anual.

Foram solicitados orçamentos a 5 empresas existentes no mercado de aviação (HELISUL, OMNI, AEROMOT, LIDER e COSTA DO SOL)

A única empresa interessada que retornou orçamento estimado foi a HELISUL AVIAÇÃO.

O orçamento encontra-se discriminado no documento Lici. Mapa Comparativo de Preços 34603274.

### 6. Descrição da solução como um todo

#### CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS AERONAVES

### **Aeronaves de Transporte**

Capacidade para transportar 02 (dois) pilotos mais uma equipe composta por, no mínimo, 10 (dez) passageiros com seus respectivos equipamentos.

Configuração para a repressão aos crimes ambientais e outras modalidades não só pela economia de recursos como combustível, bem como na eficácia da ação no local do crime.

Alcance mínimo de 330 milhas náuticas.

A aeronave deve dispor de tanques extras, caso existente, e seus custos devem fazer parte da proposta. O alcance mínimo proposto diz respeito à operação em conjunto da aeronave de transporte aqui pretendida somada ao helicóptero leve que realizará a segurança e as intervenções necessárias no cenário operacional, constituindo parte da célula proposta pela PF para atuação nas situações ambientais na região Amazônica.

Capacidade para operar em condições de voo noturno e voo IFR (por instrumentos), podendo a aeronave ser utilizada de dia ou à noite, mesmo em condições meteorológicas marginais, observados os regulamentos aeronáuticos;

Motorização bimotora para operações em áreas de selva como a região Amazônica, bem como para operações IFRH (voo por instrumentos);

A aeronave deverá estar de acordo com as normas e padrões da ANAC, sendo seu modelo constante do rol de aeronaves homologadas por esta agência, ainda que apenas seu modelo anterior, atendendo aos requisitos dos RBHA/RBACs 21, 43, 45, 47 e 91, bem como toda legislação brasileira aplicável às características e finalidades de uso da aeronave em questão, principalmente sobre aeronavegabilidade, certificação, registro e matrícula, para voos VFR diurno e noturno, IFR diurno e noturno, assim como todos os requisitos a serem especificados no Termo de Referência.

As aeronaves devem cumprir com os requisitos de aeronavegabilidade para operação aérea NVIS segundo o RBHA 91, ou RBAC que venha a substituí-lo, e os demais regramentos aplicáveis, conforme RBAC 90.267 (a).

A aeronave deve estar com todas as especificações básicas (standard) informadas nos seus prospectos, bem como com os acessórios e kits opcionais mencionados na tabela 6.16.

### **Aeronaves multimissão**

Após realização de audiência pública e prospecto de mercado não houve propostas comerciais para aeronaves desse modal, decidindo-se por retirar esse modelo de aeronave da presente contratação.

### **Aeronaves leves (intervenção e IVR)**

Capacidade para transportar 02 (dois) pilotos mais uma equipe composta por, no mínimo, 4 (quatro) passageiros com seus respectivos equipamentos e/ou 02 (dois) pilotos mais uma equipe composta por, no mínimo 02 (dois) passageiros equipada com sistema de imageamento (IVR).

Considerando as aeronaves de asas rotativas pertencentes ao CAOP, as aeronaves locadas complementarão a frota monomotora da Coordenação de Aviação com características similares, mas com a vantagem de serem mais novas e modernas, considerando que a aeronave AS350 B3 é a versão mais atualizada da aeronave AS350B2, permitindo se usufruir da mesma capacidade, em termos de estrutura e pessoal, que já faz parte do CAOP/CGAP//DIREX/PF, ou seja, a tripulação poderá ser a mesma, já treinada e preparada para operar aeronaves similares as já pertencentes a esta Coordenação.

Desta forma, para nos anteciparmos à indisponibilidade das referidas máquinas e consequente não atendimento das demandas da Polícia Federal, é necessário como medida urgente deliberar para locação de aeronaves de pequeno porte (AS350 B3) para a continuidade do apoio às unidades de todo o Brasil, sendo a maneira mais rápida e prática o aluguel das referidas aeronaves enquanto não são adquiridas outras para compor a frota.

Conforme a necessidade e a relevância impostas pelas diversas atividades do CAOP/CGAP/DIREX/PF, os equipamentos aéreos poderão atuar nas operações regionais e de fronteiras, de norte a sul do país, inclusive na Amazônia Legal.

### **Padronização de frota**

Com base nas alíneas "a" e "b" (grifo nosso) do Inciso I, do Art 41, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, indica-se marca e modelo, conforme justificativas técnicas elencadas no itens 6.15.1.2 a 6.15.1.11.

*Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*

*I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:*

**a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;**

**b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;**

*c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;*

*d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;*

Na oportunidade de escolha das aeronaves pertencentes Coordenação de Aviação da Polícia Federal, foi comprovado através de estudos técnicos a necessidade de utilização de pelo menos 2 classes de helicópteros com capacidade diferentes para atendimento eficiente conforme a peculiaridade de cada missão. Foram escolhidos helicópteros da categoria de médio porte (AW139) que são mais vocacionados a transporte de tropas, traslados maiores, enfrentamento de condições meteorológicas adversas, bem como escolhidos helicópteros de pequeno porte (AS 350 B2 e AS355N) mais vocacionados a realizar intervenções, realizar abordagens, ser utilizado como plataforma de observação, e além de também realizar transporte de tropas.

Neste contexto, os helicópteros de pequeno porte monoturbina (AS 350 B2) escolhidos deveriam atender as necessidades das demandas de acordo com as atribuições deste órgão, sejam elas: capacidade de intervenções aéreas, abordagem a veículos e embarcações, resgate de feridos, lançamento de paraquedistas, capacidade de traslados, capacidade de transporte de passageiros (policiais, colaboradores, custodiados etc), cargas (bagagens, equipamentos, armas, munições, materiais de perícia etc), capacidade de atuação como plataforma de observação, capacidade de cumprir missões de inteligência, vigilância e reconhecimento quando equipadas com equipamento eletro-óptico, entre outras capacidades.

Além dessas características tais helicópteros devem ser considerados dentro do conceito de multimissão os quais são aeronaves que permitem o emprego em missões variadas, utilizando-se de acessórios específicos e intercambiáveis de acordo com as peculiaridades que a missão policial exigir, tais como: porta deslizante que permite ampla visão e movimentos do Operador Aerotático, farol de busca, equipamento de imageamento, possibilidade de transporte interno e externo de pessoas e materiais, possibilidade de incluir equipamentos para resgate e transportes de feridos, possibilidade de instalação de blindagem, além de possibilitar apoio em operações de Defesa Civil, executando a realização de vistorias técnicas e socorro em regiões de risco ou que tenham sido atingidas por algum tipo de calamidade, efetuando operações de salvamento e evacuação de pessoas de regiões cujo transporte não seja possível por meios terrestres.

No decorrer dos anos o emprego das nossas aeronaves nos diversos tipos de missão citadas foram corroborando com a necessidade de utilizar, além de aeronaves de porte médio, essas aeronaves menores e versáteis, adaptáveis aos diversos biomas brasileiros e aos tipos de missões, pois além de contar com agilidade para realizar intervenções, pequeno tamanho para pousos e decolagens de áreas restritas, potência e capacidade de carga suficiente, contam com a capacidade de transporte de pessoas.

Hoje o CAOP/DIREX/PF conta com 16 (dezesesseis) pilotos de helicóptero, todos com a devida licença para pilotarem o AS350 B2, sendo 07 comandantes dos quais 03 instrutores, e 09 copilotos.

Importante destacar que os helicópteros **AS 350 B2**, modelos hoje utilizados pelo CAOP, não são mais fabricados pois foram substituídos pelos **AS 350 B3 ou H125**, os quais são visualmente idênticos, mas tratam-se de uma evolução pois atendem ainda melhor as necessidades de emprego nas atividades policiais já que contam com mais potência, maior capacidade de carga, instrumentos e painel mais modernos, sistema eletrônico de controle de combustível (FADEC - Full Authority Digital Engine Control), duplos atuadores hidráulicos (opcional), piloto automático (opcional), VEMD, que garantem mais segurança e eficiência nas operações.

O B3, mesmo sendo uma evolução do B2, pode ser considerado do mesmo padrão o que torna possível uma rápida familiarização e adaptação para os pilotos e tripulantes já que se tratam de aeronaves com estrutura, formato, tamanho, peso, construção, perfil, comandos, e desempenho semelhantes as quais, inclusive, exigem a mesma habilitação pelo órgão regulador - ANAC para serem pilotadas, não sendo necessário investir na realização de cursos ou treinamentos para permitir sua pilotagem, realidade a qual garante o pleno e imediato emprego das novas máquinas caso sejam utilizadas.

Portanto, podemos considerar o B3 o mesmo padrão do B2, porém com várias vantagens, e neste sentido observamos que a falta de padronização de aeronaves é fator que dificulta o planejamento e compromete a racionalização dos gastos principalmente com capacitação de pilotos e tripulação pois a cada tipo de aeronave da frota é necessária nova qualificação de pessoal operacional

(pilotos e operadores aerotáticos) sendo evidente e imprescindível, sob a ótica da segurança de voo, que a quantidade de horas de treinamento em voo para que um comandante tenha segurança na operação de um novo modelo de aeronave, não seja menor que 50 horas de voo, considerando a complexidade das operações policiais.

Por este e outros motivos, a Ata de Registro ora proposta de até 3 (três) Helicópteros H125 ou AS350B3 Monomotores "Esquilo" mantem, consequentemente, a eficiência e eficácia do emprego aéreo nas atividades policiais.

Desta forma, optou-se pelo aluguel de aeronaves H125 AS350B3, versão mais moderna e mais potente que as aeronaves multimissão utilizadas por este Coordenação de Aviação Operacional.

Tendo em vista a natureza das ações e operações requeridas deste tipo de equipamento, analisaram-se as seguintes características

#### Especificações Técnicas e contratuais/configurações após prospecto de mercado

##### \*configuração básica mínima

##### \*itens opcionais

ESPECIFICAÇÃO/CONFIGURAÇÃO	TRANSPORTE	LEVE AS350B3	LEVE (IVR)
Capacidade (pilotos + passageiros)	02+10	02+04	02+02
Bimotora (VFR diurno e Noturno, IFR diurno e noturno)	*	-	-
Monomotora (VFR Diurno e Noturno)	-	*	*
Alcance mínimo com tanques extras, sem perder capacidade de passageiros	330nm	330nm	330nm
Comandos duplos (Dual Controls)	*	*	*
Provisões para gancho de carga (com equipamento)	-	-	-
Provisões para guincho (com equipamento)	-	-	-
Painel e luzes externas preparados para operações OVN (Night Vision Googles);	*	*	*
1 kit de proteção balística nível III para o assoalho (apenas 1 kit, se possível compatível com a outra aeronave). Ex. Lifeport;	-	-	-
Provisões para tanques internos auxiliares e os tanques.	*	*	*
Imageamento (apenas 1 equipamento, se possível compatível com a outra			



aeronave). Sistema de missão completo: gravação, transmissão, comunicação, estação de trabalho, sistema de Imagem e sensoriamento)	-	-	*
Portas laterais deslizantes para operações com portas abertas;	*	*	*
Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior)	-	-	-
Bancos de tropa mais leves do que os bancos convencionais das aeronaves;	*	*	-
Estribos, no caso de esqui;	*	*	-
Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG;	-	-	-
Sistema de alerta de tráfego TCAS;	*	-	-
Sistema de percepção e alarme de proximidade com o solo HTAWS integrado ao GTN;	*	-	-
Radar meteorológico com interface;	*	-	-
Sistema digital de monitoramento de dados de voo com capacidade para gravação e armazenamento de dados quando os parâmetros forem excedidos;	*	*	-
Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante	-	-	-
Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante	-	-	-
Tripulação Assistida (Comandante) no caso de modelos de aeronaves que não haja pilotos habilitados.	opcional a depender do modelo	-	opcional a depender do modelo
Possibilidade de Instrução para Comando de Pilotos habilitados que não sejam comandantes	a depender do modelo	-	a depender do modelo
Pintura nos padrões da PF, na cor cinza escuro fosco, código F93A4030 Gray 36118 ou do órgão participante.	*	*	*
Sistema de rastreamento com comunicação via satélite	*	*	*

Instalação de um rádio policial (fornecido pela contratante)	*	*	*
<b>PRAZOS DE ENTREGA</b> 180 dias a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período desde que haja justificativa.	*	*	*

Para atendimento da demanda de aeronaves de asa rotativa, deverá ser contratado serviço de fornecimento de aeronaves de asa rotativa, equipamentos aeronáuticos, combustível, incluída logística de abastecimento e manutenção e treinamento conforme especificações contidas no Termo de Referência, para emprego em missões da Polícia Federal. O pagamento será realizado mensalmente conforme as horas de voo utilizadas, assegurada a utilização mínima de 45 horas por mês, podendo ser intercambiáveis entre as aeronaves de mesma categoria e cumulativas, ou seja, utilizando menos que o mínimo, o remanescente de horas será acrescentado para o mês seguinte e assim sucessivamente até o término do contrato anual. Do mesmo modo utilizando mais que 45 horas/mês será realizado o pagamento mensal das 45 horas/mês, desde que o limite de 540 horas (12 meses x 45h) seja respeitado dentro do contrato anual. Tal contratação tem a natureza de serviço comum de arrendamento de aeronaves, conforme previsto na Lei nº 7.565/1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica.

Nesse cenário, a opção por essa forma de pagamento (horas mínimas garantidas) tem o objetivo de tornar a licitação mais interessante para as empresas e atrair um maior número de concorrentes no certame. Em que pese a forma exclusiva de pagamento por horas voadas (sem mínimo de horas garantido) pareça ser mais vantajosa para a administração, foi verificado que, em virtude da exclusividade, esse modelo penaliza as empresas de forma desproporcional quando ocorrem períodos de baixa ou nenhuma demanda de voo, geralmente nos meses de dezembro a fevereiro, o que representa um risco a ser considerado pelo futuro licitante, forçando-o a elevar os seus preços na apresentação da proposta ou mesmo nem apresentá-la. Esse cenário pesa de sobremaneira o faturamento da empresa, considerando que os custos fixos permanecem e não há quantidade de voos para geração de receita suficiente para cobrir os custos fixos.

O prazo de vigência da contratação será de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação pretendida é caracterizada por um objeto complexo, o qual versa sobre assunto técnico e específico (aviação), fornecimento e logística de combustível, manutenção aeronáutica e logística de equipamentos para atuar em todo território nacional, além de treinamento. Devido a complexidade do contrato e seu caráter contínuo (apoio aerotático as unidades da Polícia Federal no Brasil) concluiu-se que a vigência plurianual, limitada a 10 (dez) anos, representará condições mais vantajosas para a administração, tendo como referência os seguintes pontos: a empresa poderá ofertar uma melhor proposta considerando a diluição dos investimentos ao longo do tempo (5 anos iniciais), a elaboração de um processo administrativo para contratação do serviço proposto é de elevado custo para a administração.

A contratação pretendida envolve a aquisição e operação de aeronaves, com considerável complexidade técnica e elevado investimento financeiro. Devido às necessidades operacionais de emprego das aeronaves pela Polícia Federal, a especificação dos equipamentos contratados exige adaptação, com previsão de instalação de acessórios como: adaptação de NVG, portas deslizantes e tanques auxiliares, afastando os helicópteros da configuração padrão encontrada no mercado civil. Soma-se a isso, os prazos de fabricação e entrega da indústria aeronáutica não comportarem a pronta entrega de parte dos materiais. Por essa razão, foi definido a necessidade de previsão no termo de referência de 180 dias para entrega de parte das aeronaves e acessórios, podendo ser dilatado por um período maior. No mesmo sentido, não são aeronaves que possam ser aproveitadas, de maneira completa em relação aos acessórios instalados, no mercado em geral, reduzindo a possibilidade de aplicação imediata do investimento após finalização do contrato com este Instituto. A ampliação do prazo da avença possibilita maior diluição dos valores investidos, redução do risco, com consequente redução de custos a Polícia Federal, e estímulo à concorrência.

Os meios suplementares para a logística de abastecimento são necessários para a operação tendo em vista as grandes distâncias entre os alvos e as bases de operação. Ocorre que, geralmente, as bases de operação encontram-se em locais onde não há abastecimento contínuo de combustível para aeronaves movidas a turbina (propulsão característica das aeronaves especificadas), sendo que, nesse contexto, os caminhões tanque suprem as demandas de abastecimento. Ademais, nas operações em que não há condições de se transitar com os caminhões, devido às dificuldades do terreno (estradas, pontes, acessos e riscos aos caminhoneiros) utiliza-se bolsas colapsáveis de baixo volume (50 e 250 litros) para fornecimento de combustível. Adicionalmente, a experiência tem demonstrado que em alguns casos o tráfego do caminhão-tanque em algumas áreas da Amazônia sofre maior risco, em especial pela necessidade de cruzamento de pontes de madeira e cursos d'água intermitentes. Para reduzir a probabilidade de acidentes e atrasos, é importante a disponibilidade de alternativas seguras, o que pode ser alcançado com carretas rebocáveis de pequeno porte - entre 2.500 e 3.000 litros, que podem ser levados por veículos utilitários utilizados pela Polícia Federal.

Quanto aos meios suplementares de abastecimento serão necessários os seguintes itens: Caminhões tanque de QAv de no mínimo 10 mil litros; Tanques rebocáveis de QAv entre 2,5 a 3 mil litros; Tanques colapsáveis de 240 litros; Bombas elétricas portáteis para abastecimento.

A manutenção e operacionalidade dos equipamentos que compõem os Kits serão de responsabilidade da Contratada.

Os itens, componentes e configurações foram melhor descritos após a realização de Audiência Pública e pesquisa de mercado.

Será admitida subcontratação parcial do objeto conforme definido no termo de referência.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando as aeronaves de asas rotativas pertencentes ao CAOP, as aeronaves locadas complementarão a frota de Asa rotativa da Coordenação de Aviação Operacional com características similares, mas com a vantagem de serem mais novas e modernas, permitindo se usufruir da mesma capacidade, em termos de estrutura e pessoal, que já faz parte do CAOP, ou seja, a tripulação poderá ser a mesma, já treinada e preparada para operar aeronaves similares as já pertencentes a esta Coordenação, ou seja, em uma situação eventual de indisponibilidade de um determinado equipamento, por razões de manutenção ou envolvimento noutra operação, ainda assim haverá a capacidade de atendimento das demandas solicitadas a unidade.

Considerando o quadro apresentado de iminente indisponibilidade quase total das aeronaves de asas rotativas, existe ainda um crescente aumento das demandas da Polícia Federal para apoio de helicópteros, principalmente apoios relacionados a combate a crimes ambientais e apoio a grandes operações, em todo território nacional. Além disso há planejamento para implementação de pelo menos **01 (uma) base operacional no norte do país**, com previsão de emprego de aeronaves de asa fixa e rotativa, além de **01 (uma) base operacional em região de fronteira Sul** a fim de atender uma área de operações composta pela faixa de fronteira dos estados do PR, MS e MT.

Dessa forma a Locação de aeronaves de asas rotativas de transporte e/ou aeronaves de asas rotativas de porte leve/IVR, conforme descrição contida no item 6 seria em quantidade total de até **06 (seis) aeronaves**, as quais foram definidas após prospecto de mercado e realização de audiência pública, sendo as quantidades de **até 01 (uma) aeronave** de porte leve com sistema de imageamento dedicado, **até 03 (três) aeronaves** de porte leve AS350 B3, considerando a padronização da frota e **até 02 (duas)** aeronaves de transporte.

As aeronaves devem ser entregues com cobertura do Seguro de Responsabilidade Civil – RETA, em conformidade com a legislação vigente, bem como o 2º Risco, em valor considerável, por incidente, acidente, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo em limite único combinado - LUC;

Considerando a consulta ao mercado, e realização de audiência pública (SEI 32988961), bem como restrições de modelos, para viabilizar a contratação esta coordenação de aviação optou por não considerar as aeronaves "multi-missão".

Além das aeronaves, devem ser fornecidos caminhões-tanque para transporte de combustível, visto que grande parte das operações ocorrem afastadas dos locais com abastecimento comercial, desse modo, reduz-se a movimentação e aumento de custo das ações. O número de caminhões deve ser igual ao de aeronaves, permitindo pleno atendimento quando do emprego dos helicópteros nas áreas remotas. A movimentação mais lenta do meio pode ser feita quando parte das aeronaves se encontra em locais com abastecimento, reduzindo o atraso no início de operações remotas. Quanto aos meios suplementares de abastecimento serão necessários as seguintes quantidades: 01 (um) Caminhão Tanque Abastecedor de QAV de no mínimo 10 mil litros por aeronave locada, 05 (cinco) tanques colapsáveis de 240 litros por aeronave locada, 01 (um) tanque rebocável de 2,5 a 3 mil litros por aeronave locada, 01 (uma) bomba portátil de abastecimento por aeronave.

Dessa forma o Sistema de Registro de Preços se justifica diante do disposto no Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, artigo 3º, inciso I e V;

*Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*

***I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;***

***II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;***

***III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;***

*IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*

*V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

A contratação adotará como regime de execução o Registro de Preço Unitário (hora voo), formado por itens inseridos em 03 (três) grupos distintos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 95.714.262,90

O custo estimado da contratação é de **95.714.262,90** (noventa e cinco milhões setecentos e quatorze mil e duzentos e sessenta e dois reais e noventa centavos) por ano.

Para identificar a melhor solução existente no mercado quanto a viabilidade técnica e econômica para implantação de serviço de locação de aeronaves, bem como a existência de empresas que podem ser fornecedoras do objeto no mercado, foi realizada audiência pública.

A falta de propostas reflete a dificuldade e complexidade do objeto em tela, aliado aos altos custos dos insumos e a singularidade das atividades desenvolvidas pela Polícia Federal. O mercado de aviação aérea, sobretudo de helicópteros, é ainda bastante restrito, restando poucas empresas com capacidade e estrutura adequada para garantir o fluxo do serviço prestado com segurança e responsabilidade. Dessa forma, foram anexados ao processo todos os documentos que dão suporte à análise de preços, inclusive o respectivo Mapa Comparativo de Preços 34603274

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será parcelada por grupos (1, 2 e 3), sendo o Grupo 1 de **até 01 (uma) aeronave** de porte leve com sistema de imageamento dedicado, o Grupo 2 de **até 03 (três) aeronaves** de porte leve AS350 B3, considerando a padronização da frota e Grupo 3 de **até 02 (duas) aeronaves** de transporte.

Considerando ainda que os itens que compõe cada grupo devem ser instalados, caso contratados, em aeronaves de propriedade da própria empresa contratada, conforme tabela constante do item 6 não é possível a sua divisão em itens, uma vez que causaria prejuízo operacional a contratada .

Dessa forma, a solução como um todo será parcelada em 3 grupos distintos: Grupo 1 aeronave porte leve com sistema de imageamento dedicado, Grupo 2 aeronave porte leve AS350B3 tendo em vista a padronização da frota e Grupo 3 aeronaves de transporte.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Com a locação das aeronaves não haverá outras contratações necessárias à manutenção da aeronavegabilidade, tais como: Seguro R.E.T.A., manutenção, aquisição de peças, combustível e treinamento de pilotos, já que no último caso esta previsto o fornecimento de treinamento pela empresa contratada.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada e de acordo com o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 4453/2014- DG/DPF de 16 de maio de 2014 e encontra-se inserido no PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações) 2024 sob o número 167/2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios que se buscam alcançar com a presente contratação estão descritos de forma detalhada no item 2, Descrição da Necessidade, além disso é fato que a locação de aeronaves novas, equipadas para a atividade policial, farão com que haja um aumento significativo na relação "demandas atendidas versus custo operacional" (eficácia), já que, pelo fato de ampliarem a frota, ampliarão consideravelmente a capacidade de atendimento das demandas da Polícia Federal pois contarão com mais disponibilidade por máquina conforme prevista na eventual contratação, além de serem mais novas e equipadas com nova geração de instrumentos, e serem submetidas às manutenções preventivas e periódicas custeadas pela contratada.

Pode-se afirmar, especialmente, que o Plano Estratégico da Polícia Federal visa disponibilizar os meios necessários à redução da criminalidade através do apoio aéreo às unidades centrais e descentralizadas, com base nas características das missões, no volume de demandas, na evolução da doutrina de emprego dos meios aéreos e no desenvolvimento de novas tecnologias.

Em consonância, também, com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que prevê, entre seus objetivos, medidas para a modernização de equipamentos, torna-se primordial elevar a capacidade aérea de resposta da Polícia Federal, auxiliando nas ações de prevenção, controle e fiscalização a crimes transfronteiriços, integração entre os órgãos de segurança pública estaduais e municipais, apoiando, finalisticamente, na manutenção da ordem pública e melhoria no combate permanente ao crime organizado.

## 13. Providências a serem Adotadas

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída neste processo, a qual dará prosseguimento às fases da contratação necessárias para a locação das aeronaves.

O Estudo Técnico Preliminar deve ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e pelo Requisitante, bem como pela autoridade competente.

O Termo de Referência atenderá todas as exigências legais, além da aprovação da autoridade competente.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Disposições inerentes a critérios de sustentabilidade ambiental são de obrigatória observância pela contratada.

Foi realizada consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS /DECOR/CGU/AGU, 4ª edição (agosto de 2021).

A preservação do meio ambiente constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações.

Dessa forma, não vislumbramos impactos ambientais passíveis de mitigação no presente estudo, a não ser aqueles já normatizados na legislação.

## 15. Resultados Pretendidos

Atualização do acervo aeronáutico de asas rotativas com disponibilidade e aeronavegabilidade de forma a execução das atividades operacionais da unidade.

Aumento da disponibilidade dos helicópteros;

Suficiência de equipamentos e de recursos aeronáuticos que atendam as demandas internas ou externas da Administração;

Execução de atividades, gerando impacto positivo na realização de ações e/ou programas de interesse da Polícia Federal e da Sociedade Brasileira;

Aumentar a atuação do meio aéreo-policial por itens adequados/modernos das aeronaves.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: O presente planejamento foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos necessários, sendo inclusive, realizada audiência pública para esclarecimentos quanto ao cumprimento das necessidades e

**DIEGO ESTRELA GARLA**

Agente de contratação

Despacho: O presente planejamento foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos necessários, sendo inclusive, realizada audiência pública para esclarecimentos quanto ao cumprimento das necessidades e

**LUIZ HENRIQUE COSTA DE MELO**

Agente de contratação

Despacho: O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto, sendo inclusive realizada audiência pública para esclarecimentos quanto ao cumpri

**GUILHERME LOPES MADDARENA**

Autoridade competente

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Entende-se ser a contratação necessária e adequada, com vistas nos itens 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE e 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO.

Não foi visualizado óbices à contratação sob o ponto de vista técnico-operacional sendo realizada no dia 18/12/2023, Audiência Pública para fins de conhecer o mercado quanto a disponibilidade de aeronaves para locação, prazo para entrega, equipamento e acessórios mínimos necessários para implantação, tripulação, normas e demais regulamentações e por fim o apontamento dos critérios, condições e obrigações a serem cumpridas para o completo aparelhamento e funcionamento da atividade pretendida.

